



ESTADO DO CEARÁ

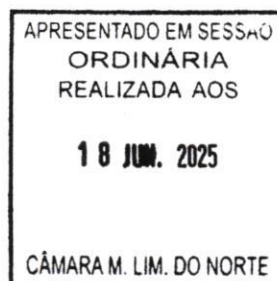
Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO



PROJETO DE INDICAÇÃO N.º 21 /2025, de 13 de 06 de 2025.

Limoeiro do Norte, 13 de junho de 2025.

À Sua Excelência o Senhor
Marcio Michael do Nascimento Farias
Presidente da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte
Câmara Municipal
R. Cel. Malveira, 2266 - Centro, Limoeiro do Norte
CEP 62930-000



Assunto: apresentação de projeto de indicação (***ISENÇÃO OU O ABATIMENTO PROPORCIONAL NA FATURA DE ÁGUA EM RAZÃO DA INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO***).

Senhor Presidente,

O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental em vigor, vem respeitosamente apresentar a V. Exa. o Projeto de Indicação e justificativa em anexo, a fim de ser submetido ao plenário desta augusta Casa Legislativa.

Caso aprovado, solicita-se envio ao Poder Executivo Municipal.

Na certeza do atendimento da solicitação, apresento a V.Exa. protestos de estima e elevado apreço.

Respeitosamente,


Heraldo de Holanda G. Júnior
Vereador

Ciro Lima Queiroz Lins
Vereador



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

JUSTIFICATIVA PARA O PROJETO DE INDICAÇÃO Nº. ____/2025

Indica ao Executivo Municipal a adoção de medidas, junto à concessionária de abastecimento de água, visando à isenção ou abatimento proporcional da conta de água nos casos de interrupção do fornecimento por período prolongado, sem justa causa, com a seguinte EMENTA:

“DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO OU O ABATIMENTO PROPORCIONAL NA FATURA DE ÁGUA EM RAZÃO DA INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A água é um bem essencial à vida e um direito fundamental de todo cidadão. Contudo, é recorrente no município de Limoeiro do Norte a ocorrência de **interrupções prolongadas no fornecimento de água em determinadas localidades**, mesmo com a cobrança integral das tarifas mensais.

Tal prática se revela **injusta e desproporcional**, penalizando o consumidor por um serviço que não foi efetivamente prestado de forma contínua e adequada, em afronta ao Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), especialmente no que tange à **prestação adequada e eficiente dos serviços públicos essenciais** (art. 22).

Assim, **propõe-se que seja adotado, por meio de regulamentação municipal ou convênio com a concessionária**, um sistema de abatimento ou isenção proporcional das tarifas de água quando houver **interrupção do serviço por prazo superior a 48 horas**, sem aviso prévio e sem justificativa técnica plausível.

Essa medida visa **proteger os direitos dos usuários** e garantir maior **transparência, justiça tarifária e qualidade na prestação do serviço público** de abastecimento de água.

Por todo o exposto, solicito o apoio dos nobres vereadores para aprovação da proposta. Segue em anexo o modelo de Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2025.


Heraldo de Holanda G. Júnior
Vereador

Ciro Lima Queiroz Lins
Vereador



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

- ANEXO I -

SUGESTÃO DE PROJETO DE LEI:

“PROJETO DE LEI Nº _____/2025, de _____ de _____ de 2025.

“DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO OU O ABATIMENTO PROPORCIONAL NA FATURA DE ÁGUA EM RAZÃO DA INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. *Fica assegurado ao consumidor o direito à isenção ou ao abatimento proporcional do valor da fatura mensal de água sempre que houver interrupção no fornecimento do serviço, por período igual ou superior a 48 (quarenta e oito) horas, sem prévia comunicação ou justificativa técnica adequada por parte da concessionária responsável.*

Art. 2º. *Para os fins desta Lei, considera-se interrupção do fornecimento:*

I – a ausência total de água nas torneiras do imóvel;
II – a prestação do serviço de forma intermitente ou insuficiente, que torne inviável seu uso regular e contínuo.

Art. 3º. *O valor da fatura deverá ser proporcionalmente reduzido ao número de dias de interrupção, tomando-se por base o valor médio do consumo mensal do usuário.*

Parágrafo único. *Em caso de interrupção total do fornecimento por mais de 15 (quinze) dias corridos no mês, o consumidor fará jus à isenção total da tarifa naquele período.*

Art. 4º. *A concessionária deverá disponibilizar canais acessíveis de atendimento ao consumidor, permitindo o registro de reclamações, protocolo de pedidos de abatimento e acompanhamento da análise.*

Art. 5º. *A comprovação da interrupção poderá ser feita:*



ESTADO DO CEARÁ

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

-
- I – por meio de registros oficiais da concessionária;*
II – por notificações formais de reclamação registradas pelo consumidor;
III – por laudos ou documentos de órgãos públicos ou entidades de defesa do consumidor;
IV – qualquer outro meio de prova lícita admitida em direito.

Art. 6º. O descumprimento desta Lei sujeitará a concessionária às **penalidades previstas no contrato de concessão** e nas legislações aplicáveis de defesa do consumidor.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, em _____ de _____ de 2025.”

Dilmara Amaral Silva
Prefeita Municipal